

JAN 2026

INSIGHTS

Ameaças de Trump
confirmaram o Acordo
UE–Mercosul apesar
da oposição dos
agricultores europeus

ELABORADO POR
Filipe Prado Macedo da Silva



Ameaças de Trump confirmaram o Acordo UE-Mercosul apesar da oposição dos agricultores europeus

Filipe Prado Macedo da Silva*

Quando o Conselho Europeu – a instituição da União Europeia (UE) que reúne os Chefes de Estado e/ou de Governo dos 27 países-membros – confirmou politicamente [a aprovação do Acordo UE-Mercosul](#), em 9 de janeiro de 2026, tornou-se evidente o ambiente paradoxal no qual a Europa passou a operar.

No plano interno (dentro das fronteiras da UE), [as tensões geradas pela mobilização dos agricultores europeus](#) intensificaram-se a partir de dezembro de 2025, culminando no [maior protesto agrícola desde os anos 1990](#). Na França, os produtores rurais mantêm há mais de duas semanas bloqueios de vias e [manifestações contínuas em Paris](#) e em outras cidades, direcionadas contra o Acordo UE-Mercosul.

Em dezembro de 2025, parecia que o Acordo UE-Mercosul poderia fracassar. [Emmanuel Macron](#), presidente francês, [convenceu](#) a primeira-ministra italiana, [Giorgia Meloni](#), de que era prematuro ratificar o acordo com os países sul-americanos. Na ocasião, Lula, à frente da presidência *pro tempore* do Mercosul, [criticou o adiamento da conclusão do tratado comercial](#).

Porém, a virada do ano marcou uma inflexão: o cenário externo deteriorou-se rapidamente nos primeiros dias de 2026.

A [captura de Nicolás Maduro na Venezuela](#) e as [ameaças de Trump à Groenlândia](#) – parte do Reino da Dinamarca – apenas confirmam, [como já argumentei em outro artigo](#), que os EUA passaram a atuar como parceiro constrangedor da UE e da ordem internacional.

Diante deste cenário, os líderes europeus optaram por relativizar as pressões internas de seus agricultores e priorizar as ameaças externas dos EUA, deslocando o eixo decisório do plano doméstico para o plano sistêmico. A mudança mais relevante foi no [voto da Itália](#).

Assim, colocaram em prática o que a literatura de Relações Internacionais denomina de [realismo neoclássico](#), segundo o qual o Estado – ou, no caso europeu, a UE enquanto ator político composto – formula suas escolhas estratégicas a partir das pressões do sistema internacional, ainda que tais escolhas impliquem custos políticos internos significativos.

Neste enquadramento, os conflitos domésticos não desaparecem, mas são tratados como variáveis de ajuste. Logo, a preservação da posição internacional, a autonomia estratégica e a capacidade de resposta a ameaças externas passa a constituir a prioridade central da ação política.

No caso europeu, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, já [sinalizou a destinação de até € 45 bilhões adicionais em financiamento rural](#) como forma de mitigar resistências e apaziguar a mobilização dos agricultores.

Trump como choque sistêmico e a lógica estratégica da diversificação

O [realismo neoclássico](#) sustenta que o sistema internacional impõe pressões estruturais que orientam o comportamento dos atores políticos, mas cuja tradução em política externa depende da interpretação das lideranças e dos filtros institucionais domésticos.

No caso europeu, a presidência Trump operou como um choque sistêmico: ao atacar o multilateralismo, **instrumentizar guerras tarifárias inclusive contra aliados** e condicionar a cooperação internacional a ganhos imediatos. Dessa maneira, os EUA deixaram de atuar como parceiro estratégico e passaram a se comportar como um parceiro constrangedor, politicamente coercitivo e estrategicamente imprevisível.

Esse cenário alterou o cálculo estratégico da UE. A elevada dependência do mercado norte-americano passou a ser vista como vulnerabilidade. Em uma relação assimétrica, os EUA impunham custos, **restando à UE responder racionalmente por meio da diversificação de parceiros estratégicos**, reduzindo a barganha de Washington. Foi isso, em setembro de 2025, que **acelerou a validação do Acordo UE-Mercosul**.

O Mercosul emerge, neste sentido, como parceiro lógico. Mais do que um tratado comercial, o Acordo UE–Mercosul é um instrumento geopolítico, ampliando mercados, assegurando insumos estratégicos e projetando normas europeias nos países sul-americanos.

Ao aprovar-lo, os líderes reunidos no Conselho Europeu concluíram que o custo estratégico da inação superava os custos políticos internos, admitindo que a pressão sistêmica externa passou a orientar a política comercial europeia, acima de interesses setoriais específicos.

Conflitos domésticos e a administração dos custos políticos

No **realismo neoclássico**, os conflitos domésticos não desaparecem: atuam como filtros, atrasos e custos políticos.

Assim sendo, a oposição dos agricultores europeus foi intensa e relevante, mobilizando protestos, pressionando parlamentos nacionais e fortalecendo discursos protecionistas. Em uma leitura liberal (ou até pluralista), tal resistência poderia bloquear o acordo.

O que se observa, porém, é um padrão distinto: a contestação interna não alterou a decisão estratégica, apenas condicionou sua implementação.

A resposta da UE seguiu três mecanismos clássicos. Primeiro, a dilatação temporal, com adiamentos e renegociações pontuais. Segundo, a compensação, por meio do reforço da Política Agrícola Comum (PAC), fundos de ajuste e cláusulas de salvaguarda. Terceiro, a reformulação discursiva, enquadrando o Acordo UE–Mercosul como um instrumento de defesa estratégica do projeto de integração europeu, e não só de liberalização comercial.

Tal dinâmica confirma que a política externa resulta da interação entre pressões sistêmicas e estruturas domésticas. Os agricultores não definiram o rumo da decisão, mas o custo político de sua execução.

Em suma, **diante de um parceiro constrangedor – os EUA – recuar internamente sinalizaria fragilidade externa**.

A aprovação do acordo, mesmo sob contestação, tornou-se parte de um jogo estratégico, no qual a UE busca preservar credibilidade, reduzir dependências e afirmar sua autonomia em um sistema internacional tensionado.

*Professor e Pesquisador do Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Experto em Europa e União Europeia. Líder do “**Conexão Bruxelas | Grupo de Estudo sobre Europa e União Europeia**”. E-mail institucional: filipe.prado@ufu.br